

CORRELAÇÃO DE FORÇAS

ASSUNTOS DO PAÍS | 02 a 06 de março



INTRODUÇÃO

A semana em Brasília começa com decisões importantes nos três Poderes. Enquanto o presidente Lula foca nas amarrações políticas, o Congresso acelera pautas cruciais e o Judiciário define as regras do jogo eleitoral. No Senado, a prioridade é o acordo Mercosul-UE, e na Câmara, a polêmica PEC da Segurança Pública. Já o TSE bate o martelo sobre as normas para as eleições de outubro, incluindo a data da janela partidária.

MANIFESTAÇÕES CONTRA O LULA E O STF

Lideranças e apoiadores da direita promoveram neste domingo (1º/3) um ato na Avenida Paulista, em São Paulo, com críticas ao presidente Lula e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A manifestação, chamada “Acorda Brasil”, contou com a presença de figuras políticas como o senador Flávio Bolsonaro, o deputado Nikolas Ferreira e os governadores Romeu Zema e Ronaldo Caiado. Entre as principais pautas do protesto estavam pedidos de anistia para os condenados pelos atos de 8 de janeiro, críticas à gestão federal e pedidos de impeachment de autoridades.

Além do evento principal em São Paulo, foram registrados atos em mais de 20 cidades pelo país. A estimativa de público na Avenida Paulista variou conforme a fonte: o portal Poder360 estimou 22,8 mil pessoas, enquanto um levantamento do Monitor do Debate Político da USP/Cebrap, divulgado pela Band, apontou um pico de 20,4 mil participantes, com margem de erro de 12%. Não houve divulgação de uma estimativa oficial por parte das autoridades policiais.

“PENDURICALHOS”

O Ministério da Fazenda, liderado por Fernando Haddad, passou a defender uma regulamentação mais rígida para os “penduricalhos”, verbas indenizatórias que permitem salários acima do teto constitucional. Haddad afirmou que o tema tem impacto orçamentário, estimando um custo anual de R\$ 20 bilhões com supersalários nos três Poderes, e criticou a existência de mais de 30 tipos de auxílios. A discussão no Congresso tem como referência um projeto de lei (PL 2721/2021) que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Paralelamente, STF, Câmara e Senado articulam uma regra de transição para o pagamento desses benefícios. Após uma reunião entre os chefes dos Poderes, o Supremo anunciou a criação de uma comissão técnica com prazo de 30 dias para apresentar uma proposta. O ministro Edson Fachin formalizou o convite a representantes do Executivo e do Legislativo para compor o grupo. Enquanto isso, o julgamento no STF sobre o tema foi adiado para 25 de março, em meio a avaliações de que o prazo de 60 dias para o Congresso aprovar uma lei definitiva é curto, especialmente em ano eleitoral.

STF: “PENDURICALHOS”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, adiou para 25 de março a retomada do julgamento sobre o pagamento de verbas indenizatórias que resultam em salários acima do teto constitucional. A análise, que começou em 25 de fevereiro com as sustentações orais, foi remarcada antes do início da fase de votos. Até a decisão final do plenário, continuam valendo as liminares dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes, que impõem restrições a esses pagamentos.

As decisões em vigor determinam a suspensão de “penduricalhos” sem base legal clara. A liminar de Flávio Dino suspendeu nacionalmente o pagamento de parcelas que furam o teto e exigiu mais transparência. Já a de Gilmar Mendes estabeleceu que qualquer verba indenizatória para juízes e membros do Ministério Público precisa estar prevista em lei federal, suspendendo pagamentos baseados apenas em normas estaduais ou atos administrativos internos.

AGENDA ECONÔMICA

A agenda econômica da primeira semana de março será marcada por dados cruciais sobre o crescimento econômico no Brasil e o mercado de trabalho nos Estados Unidos. No cenário doméstico, o grande destaque é a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil referente ao quarto trimestre e ao consolidado de 2025, que sai na terça-feira (3). O resultado é aguardado com expectativa para avaliar o ritmo da atividade econômica no país.

No cenário internacional, todas as atenções se voltam para os Estados Unidos. O principal indicador será o Payroll, o relatório oficial de empregos do país, divulgado na sexta-feira (6). Os números de criação de vagas e a taxa de desemprego são fundamentais para as decisões do Federal Reserve (o banco central americano) sobre a taxa de juros. Além disso, ao longo da semana, serão divulgados os índices de gerentes de compras (PMI) de vários países, que funcionam como um termômetro da atividade industrial e de serviços.

GASTO COM JUROS

O governo brasileiro gastou R\$ 63,6 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública apenas em janeiro de 2026, segundo dados do Banco Central. Esse valor, que representa um aumento significativo em relação aos R\$ 40,4 bilhões do mesmo mês em 2025, foi impulsionado pela alta da taxa Selic e pelo crescimento do endividamento. A despesa com juros consumiu uma parte considerável do bom resultado fiscal do mês, que foi um superávit primário de R\$ 103,7 bilhões.

Para colocar o número em perspectiva, o gasto com juros em um único mês equivale a 23,4% de todo o orçamento anual da Saúde para 2026, que é de R\$ 271,3 bilhões. Esse montante destinado à saúde, segundo o governo, é o que custeia o funcionamento do SUS, incluindo exames, cirurgias e medicamentos para a população ao longo de todo o ano.

DÍVIDA DO GOVERNO

A dívida pública brasileira apresentou sinais de estabilidade e leve melhora em janeiro de 2026, segundo dados divulgados pelo Banco Central. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) permaneceu em 78,7% do Produto Interno Bruto (PIB), repetindo o resultado de dezembro e ficando ligeiramente abaixo das expectativas do mercado, que previam 79,0%. Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) registrou uma pequena queda, passando de 65,3% para 65,0% do PIB.

O bom desempenho das contas públicas no mês contribuiu para esse cenário. Em janeiro, o setor público consolidado registrou um superávit primário de R\$ 103,7 bilhões, resultado acima do esperado pelo mercado. O saldo positivo foi impulsionado principalmente pelo governo central, que contribuiu com R\$ 87,3 bilhões, e pelos governos estaduais e municipais, com R\$ 21,3 bilhões. As empresas estatais, por outro lado, registraram um déficit de R\$ 4,9 bilhões no período.

IPCA-15

A prévia da inflação oficial, o IPCA-15, registrou uma forte aceleração em fevereiro de 2026, subindo para 0,84%, após uma alta de 0,20% em janeiro. O resultado mensal veio bem acima da expectativa do mercado, que era de 0,57%. Apesar da alta no mês, o acumulado em 12 meses mostrou uma desaceleração, caindo de 4,50% para 4,10%, segundo dados divulgados pelo IBGE.

O principal vilão da inflação em fevereiro foi o grupo de Educação, que disparou 5,20%, impulsionado pelos reajustes anuais das mensalidades escolares. O grupo de Transportes também pesou, com alta de 1,72%, puxado pelo aumento de 11,64% nas passagens aéreas. Na contramão, o grupo de Alimentação e bebidas subiu de forma mais branda (0,20%), e a queda de 1,37% na conta de energia elétrica residencial ajudou a segurar um avanço ainda maior do índice geral.

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

No início de fevereiro, o governo federal aumentou o Imposto de Importação para 1.252 produtos, focando em máquinas, equipamentos e tecnologia, com o objetivo de proteger a indústria nacional. A justificativa foi o avanço significativo das importações, que em 2025 somaram aproximadamente US\$ 75 bilhões, representando uma ameaça à estrutura produtiva do país, segundo nota do Ministério da Fazenda. A medida, que elevou as tarifas para faixas de 7,2% a 20%, foi criticada por entidades do setor tecnológico, enquanto o governo argumentou que o impacto inflacionário seria limitado.

No entanto, no final do mesmo mês, após repercussão negativa, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) aprovou um recuo parcial na medida. A decisão zerou a tarifa de importação para 105 produtos de capital e tecnologia por meio de ex-tarifários e restabeleceu as alíquotas anteriores para outros 15 itens de informática. Entre os produtos beneficiados pelo recuo estão smartphones, cuja alíquota retornou a 16% em vez de subir para 20%, e notebooks. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou que as mudanças entram em vigor após publicação oficial.

PREÇO DO PETRÓLEO

Em meio à escalada militar envolvendo Irã, Israel e Estados Unidos, a Opep+ anunciou no domingo (1º/3) um aumento de 206 mil barris por dia em sua produção de petróleo a partir de abril. A decisão, tomada pelos oito países que mantinham cortes voluntários, foi vista como um ajuste para tentar estabilizar a oferta diante da crescente incerteza sobre o fluxo de petróleo no Oriente Médio, especialmente após interrupções no estratégico Estreito de Ormuz.

A reação do mercado foi imediata e volátil. Na reabertura dos negócios na segunda-feira (2/3), os preços do petróleo dispararam devido ao risco de novas interrupções no fornecimento. O barril do tipo Brent chegou a subir 13%, ultrapassando os US\$ 82, antes de recuar para a faixa de US\$ 78. O movimento reflete a alta tensão na região, com relatos de navios parados e o temor de que o conflito afete uma das rotas mais importantes para o transporte de petróleo no mundo.

RENDIMENTO MÉDIO

O rendimento médio mensal por pessoa no Brasil atingiu R\$ 2.316 em 2025, segundo dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE. O valor representa um avanço significativo em comparação com os anos anteriores, que registraram R\$ 2.069 em 2024 e R\$ 1.893 em 2023. A pesquisa, que serve de base para o cálculo do Fundo de Participação dos Estados (FPE), evidencia a grande desigualdade regional do país.

Enquanto o Distrito Federal lidera com a maior renda per capita (R\$ 4.538), o Maranhão aparece na outra ponta, com o menor valor (R\$ 1.219). Além do DF, apenas nove estados ficaram acima da média nacional, com destaque para São Paulo (R\$ 2.956), Rio Grande do Sul (R\$ 2.839) e Santa Catarina (R\$ 2.809), que registraram os maiores rendimentos entre os estados.

TRABALHO EM FERIADOS

O governo federal adiou por 90 dias o início da vigência da portaria que estabelece novas regras para o trabalho do comércio em feriados. A medida, formalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visa ampliar o tempo para negociação entre empregadores e trabalhadores sobre o tema. A portaria original (nº 3.665/2023) restabelece a exigência de que o funcionamento do comércio em feriados seja autorizado por convenção coletiva de trabalho e respeite a legislação municipal. Para facilitar o diálogo, o MTE criou um grupo de trabalho com 10 representantes dos trabalhadores e 10 dos empregadores. Este grupo terá 90 dias para apresentar uma proposta de regulamentação para o setor. A prorrogação da portaria original passa a contar a partir da publicação da nova norma que instituiu o grupo de trabalho, garantindo que as regras atuais permaneçam em vigor enquanto as negociações acontecem.

LUZ PARA TODOS

O governo federal liberou R\$ 2,57 bilhões adicionais para o programa Luz para Todos em 2026, por meio de uma portaria do Ministério de Minas e Energia (MME). O novo orçamento, proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), tem como meta levar energia elétrica a até 122 mil novas residências, principalmente em áreas rurais e remotas. Com este acréscimo, o investimento total destinado ao programa neste ano se aproxima de R\$ 6 bilhões.

Segundo o MME, o valor se soma a R\$ 3,4 bilhões já alocados anteriormente, totalizando um investimento robusto para a universalização do acesso à energia. A portaria também estabelece que os recursos podem ser liberados de forma antecipada, caso haja disponibilidade orçamentária, e permite a reaplicação de valores que retornem à CDE, garantindo a continuidade e eficiência das obras do programa.

STF: SIGILO DE TOFFOLI

O ministro Gilmar Mendes, do STF, suspendeu a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Maridt Participações, ligada ao ministro Dias Toffoli. A decisão atendeu a um pedido da defesa da empresa e anulou uma medida aprovada pela CPI do Crime Organizado no Senado em 25 de fevereiro. Mendes argumentou que a quebra de sigilo não possuía fundamentação concreta que a vinculasse ao objeto da investigação da comissão. Além disso, determinou que qualquer informação já enviada com base no requerimento da CPI fosse destruída.

Após a suspensão, a CPI do Crime Organizado anunciou que irá recorrer da decisão ao plenário do STF. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da comissão, criticou a anulação e confirmou que a contestação será formalizada. Membros da CPI também questionaram o fato de o pedido da defesa ter sido analisado por Gilmar Mendes, relator de um mandado de segurança anterior sobre o mesmo tema, ponto que deve ser explorado no recurso que será apresentado pela comissão.

TSE: ELEIÇÕES 2026

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realiza uma sessão extraordinária nesta segunda-feira (2/3) para concluir a votação das regras que irão nortear as Eleições Gerais de 2026. Após aprovar metade das resoluções na semana passada, o plenário agora se dedica a temas como propaganda eleitoral, registro de candidatura, combate a ilícitos e a definição do calendário oficial do pleito. A expectativa é que todas as normas sejam aprovadas nesta sessão para serem publicadas oficialmente até o dia 5 de março.

Um dos pontos mais aguardados a ser definido no calendário é o início da “janela partidária”. Este é o período de 30 dias em que deputados e vereadores podem trocar de partido sem risco de perder o mandato, uma movimentação crucial para a formação das chapas que disputarão as eleições. A definição dessa data é um marco importante que dá o pontapé inicial nas articulações políticas para o pleito de outubro.

EUA X IRÃ I

A escalada militar no Oriente Médio continuou em 1º de março de 2026, com uma nova rodada de ataques israelenses em Teerã e uma resposta iraniana com mísseis. A ofensiva, que também envolve os Estados Unidos, já havia resultado na morte do líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, confirmada pela mídia estatal após os bombardeios iniciados em 28 de fevereiro. Em meio aos ataques do dia 1º, testemunhas relataram que um hospital na capital iraniana foi atingido, forçando a remoção de pacientes.

No cenário político, foi anunciada a formação de um Conselho de Liderança temporário para governar o país até a escolha de um sucessor. O aiatolá Alireza Arafí foi nomeado para o colegiado, juntando-se ao presidente Masoud Pezeshkian e ao chefe do Judiciário, Gholamhossein Mohseni Ejei. No mesmo dia, Pezeshkian declarou que a vingança pela morte de Khamenei é um “direito e dever legítimo” do Irã, enquanto a Rússia condenou publicamente o assassinato do líder iraniano.

EUA X IRÃ II

A escalada militar no Oriente Médio entrou em seu terceiro dia nesta segunda-feira (2/3), com novos ataques entre Irã, Israel e seus aliados. Após a confirmação da morte do aiatolá Ali Khamenei no domingo, o Hezbollah lançou mísseis contra Israel, que respondeu com bombardeios no Líbano, deixando 31 mortos e 149 feridos, segundo autoridades locais. Os Estados Unidos intensificaram sua participação, informando ter atingido mais de 1.000 alvos iranianos, afundado uma corveta no Golfo de Omã e destruído nove navios, além de danificar o quartel-general naval do Irã.

O custo humanitário do conflito cresce rapidamente em várias frentes. No Irã, autoridades locais relataram mais de 160 mortos, um número ainda não confirmado por fontes independentes, e denunciaram o bombardeio de uma escola de meninas. Em Israel, o serviço de emergência confirmou pelo menos nove mortes após um míssil atingir a cidade de Beit Shemesh, perto de Jerusalém. Outros mísseis também foram registrados na própria Jerusalém e em outras cidades israelenses entre domingo e segunda-feira.

CÂMARA: SEGURANÇA PÚBLICA

A semana na Câmara dos Deputados será dominada pela tentativa de votação da PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), uma prioridade do governo que enfrenta um impasse. O principal obstáculo é a proposta do relator, Mendonça Filho (União-PE), de incluir um referendo em 2028 sobre a redução da maioria penal para 16 anos em crimes violentos. Enquanto o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), articula para destravar a pauta, o governo negocia para remover esse trecho e aprovar o texto original, com uma votação decisiva na comissão especial marcada para quarta-feira, 4 de março.

Reforçando o foco em temas de segurança, a pauta da semana inclui uma série de outros projetos penais com urgência para votação. Entre eles, destacam-se propostas para tipificar o desaparecimento forçado como crime hediondo, criar o crime de assassinato de idosos (gerontocídio), estabelecer protocolos mais rígidos para casos de estupro e incluir a violência vicária na Lei Maria da Penha. Esse conjunto de projetos evidencia o clima de endurecimento penal que permeia os debates na Casa e se conecta diretamente com a discussão mais ampla da PEC.

SENADO: AGENDA DA SEMANA

A agenda do Senado para a primeira semana de março está repleta de temas importantes, com destaque para a CPMI do INSS, segurança pública e o acordo Mercosul-UE. A semana começa na segunda-feira (2/3) com a CPMI do INSS ouvindo o presidente da Dataprev e outras testemunhas. Na terça-feira (3/3), a pauta de segurança esquenta com a Comissão de Segurança Pública (CSP) analisando um projeto que permite aos estados legislarem sobre direito penal, e com a instalação da comissão que discutirá o reajuste das forças de segurança do DF.

Na quarta-feira (4/3), o foco se volta para a economia e as relações exteriores, com a Comissão de Relações Exteriores (CRE) votando o acordo comercial entre Mercosul-UE. A proposta, relatada pela senadora Tereza Cristina, pode seguir para o plenário no mesmo dia. Fechando a semana, na quinta-feira (5/3), a comissão que debate a reforma do Código Civil realiza uma audiência pública para discutir mudanças no Direito de Família e Sucessões.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

O líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (SC), admitiu que a base governista não possui votos para impedir a aprovação da redução da maioridade penal para 16 anos, tema incluído na PEC da Segurança Pública. Diante disso, Uczai solicitou ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que a votação seja adiada para 2027 ou, no mínimo, para depois das eleições de outubro, argumentando que um assunto tão complexo não deveria ser decidido em ano eleitoral.

Apesar do apelo, Hugo Motta pretende pautar a votação da PEC nesta semana, começando pela comissão especial e, em seguida, levando-a ao plenário. O relator da proposta, deputado Mendonça Filho (União-PE), defende a redução da maioridade para crimes violentos, condicionada a um referendo popular em 2028. No entanto, para facilitar um acordo e aprovar os outros pontos da PEC, articuladores políticos e o próprio Motta negociam a retirada desse trecho polêmico do texto final.

CPMI DO INSS

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 60 dias. A medida será tomada caso o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, não responda ao pedido de extensão já protocolado. Viana afirmou que a comissão, cujo prazo atual se encerra em 28 de março, já coletou as assinaturas necessárias para continuar as investigações.

Paralelamente, o senador insiste que o depoimento do banqueiro Daniel Vorcaro seja realizado presencialmente em Brasília, rejeitando uma proposta da defesa para uma reunião fechada em São Paulo. A oitiva de Vorcaro, que estava marcada para 23 de fevereiro, foi suspensa por uma decisão do ministro André Mendonça, do STF, que desobrigou o comparecimento do empresário. Agora, alternativas como um depoimento em São Paulo ou por videoconferência estão sendo discutidas por outros senadores.

SIGILO DE LULINHA

Na semana passada, a CPMI do INSS aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, em uma votação em bloco que incluiu outros 86 requerimentos. A sessão foi tumultuada, com discussões sobre o formato da votação, troca de acusações e até um confronto físico entre os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Luiz Lima (Novo-RJ). Além de Lulinha, a comissão também aprovou a quebra de sigilo de outras pessoas e empresas ligadas à investigação, como o Banco Master.

Após a decisão da CPMI, a defesa de Fábio Luís informou que já havia tido seus sigilos quebrados em janeiro por ordem do ministro André Mendonça, do STF, a pedido da Polícia Federal. Os advogados declararam que solicitaram acesso aos autos no Supremo, negaram qualquer envolvimento de seu cliente nas fraudes investigadas e classificaram a nova quebra de sigilo pela comissão como uma medida desnecessária, afirmando que pretendem prestar todos os esclarecimentos.



EFRAIM NETO

61 99311 5408
contato@veredasie.com.br

MTB 0011483/DF



VEJA NOSSOS DEBATES
E ASSINE NOSSO CANAL



CONHEÇA MAIS
SOBRE A VEREDAS